

Resumo

O objetivo do texto aqui apresentado é empreender a análise da revista *Novas Diretrizes*, revista fundada e editada por Azevedo Amaral em 1938 e que perdurou até sua morte, em 1942. Serão analisados os editoriais voltados à política interna, todos de autoria de Azevedo Amaral. A análise dos textos poderá contribuir para o entendimento do pensamento do autor para além das suas obras mais sistematizadas (os livros), ressaltando sua posição como jornalista, atividade que desenvolveu ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: Autoritarismo; democracia; pensamento brasileiro; pensamento autoritário.

Abstract

This text aims to construct an analysis of the *Novas Diretrizes* periodical, a publication founded and edited by Azevedo Amaral in 1938 that lasted through his death, in 1942. The analysis will cover the editorials regarding foreign policy, all of which were written by Azevedo Amaral. The analysis of the texts can contribute to the understanding of the author's thinking beyond his other more systematized works (such as his books), emphasizing his outlook as a journalist, an occupation that he developed throughout his life.

Key words: Authoritarianism; democracy; Brazilian thinking; authoritarian thinking.

Azevedo Amaral e a revista *Novas Diretrizes*: um projeto de modernização autoritária do Brasil

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Universidade Federal de São Paulo

Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no 39º encontro da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Introdução

Em novembro de 1937 Getúlio Vargas instaurava no Brasil, por meio de um golpe, o Estado Novo, regime ditatorial que só findaria em 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Azevedo Amaral, jornalista e médico, tornou-se um entusiasta do novo regime, usando sua pena para defendê-lo em inúmeros artigos e em livro. A despeito de não ter exercido nenhum cargo público, ganhou fama como um dos principais ideólogos do Estado Novo, parte por conta de seus artigos jornalísticos, mas parte ainda maior por ter sido biógrafo de Getúlio. Sua última atividade foi a edição da revista *Novas Diretrizes*, dissidência da revista *Diretrizes*, fundada um pouco antes por ele e Samuel Wainer. *Novas Diretrizes* encerrou-se com a morte do editor, em 1942 e é ela o objeto de análise deste texto.

Azevedo Amaral não é um personagem fácil. Alguns estudos foram dedicados a ele, mas, definitivamente, este não foi um intérprete do Brasil muito requisitado. Para tanto, basta ver que não há estudo ou capítulo específico sobre Azevedo Amaral em várias obras recentes dedicadas a inventariar o pensamento político-social brasileiro.¹ Morto em 1942, não foi recuperado, como outros que sobreviveram ao Estado Novo e à redemocratização, nem tampouco foi “resgatado dos infernos”², como Oliveira Vianna na década de 90 do século passado. A “previsão” de Bolivar Lamounier, no prefácio feito a *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, em 1979, no contexto do início do processo de abertura e redemocratização, não parece ter se realizado. Dizia o analista, então, que “... é necessário dizer de maneira enfática que a Azevedo Amaral caberá um lugar dos mais destacados na reavaliação que atualmente se vem fazendo do pensamento político brasileiro”³ (Lamounier, 1979, p. 2). Isso não se deveria, ainda segundo Lamounier, a um apreço às suas ideias, mas sim a uma constatação da “sua notável capacidade analítica, que o credencia a ser considerado como um dos principais representantes da tradição brasileira de grandes ensaístas histórico-políticos [...], um dos mais articulados expositores de um determinado diagnóstico a respeito da formação histórica brasileira. É também um dos mais argutos analistas da conjuntura dos anos trinta. [...]” (Lamounier, 1979, p. 2) A despeito dessa avaliação, Azevedo Amaral demorou a ser mais revisitado.

1 Por exemplo, em Botelho e Schwarcz, 2009; Botelho e Ferreira, 2010.

2 Obviamente faço referência ao artigo de José Murilo de Carvalho, *Autopia de Oliveira Vianna*, inserido em livro organizado por Moraes e Bastos, 1993.

3 Lamounier faz referência aos trabalhos de Guerreiro Ramos (1961) e Aspásia Alcântara (Camargo) (1967).

Algumas pistas para entendermos esse relativo ostracismo de Azevedo Amaral em relação a outros autores podem ser encontradas no próprio texto de Bolívar Lamounier: além da morte prematura – antes do fim da segunda guerra -, a identificação com o Estado Novo e o regime autoritário varguista, com a defesa do corporativismo e o flerte com o fascismo⁴ tornaram o autor pouco atraente, diferentemente de autores como Oliveira Vianna – resgatado na sua dimensão sociológica – ou mesmo Francisco Campos – talvez mais autoritário que Azevedo Amaral num hipotético gradiente – que tem sua trajetória de jurista como objeto de reflexão.

Nascido em 1881, Azevedo Amaral pertencia a uma família não muito rica, mas com grande “capital cultural”. Seu pai era engenheiro e trabalhou com Mauá na construção de estradas de ferro em meados do XIX. Formado em Medicina, não exerceu o ofício, dedicando-se, ao longo de sua vida, ao jornalismo. No entanto, os ecos da formação médica o acompanharam nas suas análises políticas e nas tentativas de criação de teorias, onde o aspecto biologizante se destaca.

Em termos políticos, Azevedo Amaral foi ligado ao PRP ao longo da Primeira República, e chegou a apoiar Júlio Prestes na eleição de 1930, convertendo-se ao getulismo posteriormente, principalmente no Estado Novo. E é como “homem do Estado Novo” que se tornou conhecido, um expoente do pensamento autoritário brasileiro. Porém, o rótulo por si só não significa muita coisa: autoritário era também Francisco Campos, assim como Oliveira Vianna também é classificado. A questão é que nem todos os autoritarismos são iguais, obviamente e, mesmo no contexto do Estado Novo, os autores aqui referidos apresentam variações bastante significativas. Só ficando com Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, por exemplo, mesmo sem entrar em grandes detalhes, enquanto o primeiro demonstra uma postura paternalista em relação ao Estado e uma atenção especial ao mundo agrário, o segundo descarta qualquer tipo de paternalismo, filiado-se a uma tradição liberal (no sentido econômico) e numa forte defesa da industrialização.

Antes dos livros escritos e publicados na década de 30, pelos quais se tornou mais conhecido, Azevedo Amaral exerceu continuamente a profissão de jornalista, tendo sido editor ou colaborador de vários periódicos, como o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, mantendo, no primeiro, uma coluna, ao longo de parte da década de 10, intitulada “Notícias de Londres”, já que, até 1916, estivera por lá radicado.⁵ Já na década de 30, nunca deixou de exercer a atividade jornalística, tendo sido responsável pela fundação da revista *Diretrizes*, junto com Samuel Wainer. No entanto, as divergências cedo se apresentaram, levando Azevedo Amaral a abandonar o projeto e fundar a revista *Novas Diretrizes*, também sob os auspícios do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

O objetivo do texto aqui apresentado é empreender a análise da revista *Novas Diretrizes*, entendida como um espaço de divulgação e debate construído por Azevedo Amaral: sua presença foi determinante em todo o período em que a revista existiu, pautando os assuntos e temas trabalhados, bem como escolhendo os articulistas colaboradores e, ao mesmo tempo, escrevendo textos para todos os números editados.

Novas Diretrizes também foi o último projeto de Azevedo Amaral: ele morreu em 1942, o que levou à extinção da própria revista. Nesse sentido, a análise de seus últimos textos torna-se importante para a discussão de seu legado, como afirmei, além das obras mais sistematizadas. Afinal, é como jornalista que Azevedo Amaral atuou ao longo de toda a sua vida – muito mais do que como teórico ou ideólogo.

4 As aproximações e afastamentos de Azevedo Amaral com o fascismo não serão exatamente alvo de discussão aqui, mas é importante assinalar que, se por um lado é possível encontrar aproximações, por outro lado, há uma contundente crítica aos regimes totalitários – que seriam os regimes soviético, alemão e italiano – e a busca da diferenciação do regime estadonovista – apontado por ele como autoritário – destes outros.

5 Referências obtidas em Gomes, 2012.

Dentro da revista os textos estudados serão principalmente os editoriais sobre política interna (“a política do mês”), todos de autoria de Azevedo Amaral. A análise desses textos poderá embasar um entendimento mais acurado acerca das opiniões do autor sobre temas como representação, presidencialismo, parlamento etc., contribuindo para uma maior compreensão da teoria política de Azevedo Amaral, além dos livros.

O ENSAIO DE *DIRETRIZES* E O INÍCIO DE *NOVAS DIRETRIZES*

Fundada em 1938 por Azevedo Amaral e Samuel Wainer⁶, a Revista *Diretrizes* tinha como objetivo ser um veículo de divulgação e reflexão de ideias acerca da economia, sociedade, política e cultura de um país que mudava a passos largos. Azevedo Amaral assinava o editorial - mais voltado à política nacional - e também a seção de política internacional. A parceria durou seis meses. Segundo Ferrari (2008), além das divergências de cunho ideológico - já que Azevedo Amaral usava o veículo para apoiar o Estado Novo - outras de cunho pessoal interferiram no fim da união: Samuel Wainer, secretário de Azevedo Amaral, teria registrado a revista apenas em seu nome. Com o fim da parceria, sairia também o subsídio da Light, conseguido por Azevedo Amaral. *Diretrizes* circulou até 1950, mas sofreu uma série de transformações ao longo do tempo, até se transformar em jornal diário e ser vendida ao final da década de 40. Seu perfil foi se tornando cada vez mais “liberal-democrático”, com críticas ao regime autoritário, o que, muitas vezes, levou a problemas com o DIP.

Após a saída de *Diretrizes*, Azevedo Amaral, junto com o subsídio da Light, fundou uma outra revista - *Novas Diretrizes*. A revista teve vida curta, extinguindo-se em 1942, com a morte do editor. A princípio uma revista mensal, tornou-se quinzenal a partir de julho de 1941. Diferentemente de *Diretrizes*, a nova revista identificou-se imediatamente com o Estado Novo e serviu de veículo de expressão de sua defesa. Além disso, a revista alinhou-se ao Eixo em termos de política internacional⁷ - posição que obviamente muda com a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados - e defendeu ideias eugenistas⁸ em vários números. Em suma, adquiriu a feição do seu editor, que deu livre vazão às suas ideias, selecionando articulistas afinados ideologicamente.

A linha editorial da revista fica clara já no primeiro número, com o editorial assinado por Azevedo Amaral: neste, acusa, sem rodeios, a revista *Diretrizes* de não ser mais o espaço que pensava inicialmente, daí a necessidade de se fundar outro veículo, onde pudesse livremente expor suas ideias. Nesse primeiro texto as tintas carregadas tecem louvores ao Estado Novo, que, aparentemente, recolocava o Brasil nos trilhos do progresso. A autoridade do Estado havia sido resgatada pela autoridade do chefe nacional, encarnação mesmo do Estado. Decretava-se também a falência das democracias liberais em todo o mundo, graças, inclusive, à ação dos próprios chefes de Estado desses regimes: o exemplo máximo seria o presidencialismo “autoritário” de Roosevelt. Em análise bastante interessante, Azevedo Amaral aponta para o caminho suave que EUA e Inglaterra trilhavam em direção ao autoritarismo, mantendo instituições que não serviam, mas que caíam em desuso.

6 Antes da revista os dois já haviam firmado parceria também na edição de 1937 do *Almanack Israelita: Israel no passado e no presente*. Talvez o único não judeu dentre os autores, Azevedo Amaral é só elogios a Samuel Wainer e é contemplado com o maior texto do volume, analisando a chamada “questão judaica”. Custa a crer que o mesmo Azevedo Amaral de textos que flertam abertamente com o antisemitismo em *Novas Diretrizes* seja o mesmo que ataca o antisemitismo nas páginas do *Almanack*. Não cabe aqui discutir de maneira mais aprofundada essa questão, o que pretendo fazer em outro trabalho.

7 Não há um alinhamento explícito. A posição é a defesa da neutralidade, do panamericanismo “defensivo”. No entanto, há, na prática, um alinhamento, com diversos textos defendendo uma “nova ordem mundial” que não fosse anglo-americana, uma crítica ao cosmopolitismo errante (judeu), e diversas análises sobre a questão da imigração e racial. Além disso, chama a atenção o número de anúncios de empresas alemãs no periódico.

8 Não é desconhecido o pouco apreço de Azevedo Amaral pela figura do “mestiço” brasileiro. Em seu livro mais conhecido e lido, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938, apela à leitura de Gilberto Freyre – em chave bastante controversa, poderia se dizer – para legitimar sua posição: o mestiço, em que pese a existência de indivíduos brilhantes, reforça um caráter parasitário fundado na etnia e no psiuismo desse grupo resultando da mistura entre portugueses e negros, fundamentalmente, “que deveriam repercutir desvantajosamente na plasmagem da mentalidade política nacional.” (1981, p. 27)

O primeiro número da revista aparece como uma clara carta de apresentação das principais ideias que o periódico vai desenvolver ao longo de sua existência. Além do editorial de Azevedo Amaral, outros textos chamam a atenção, como o do secretário do ministro da Educação de Portugal, José Soares Franco, intitulado “Mocidade Portuguesa”: nele, o articulista defende o regime salazarista como “vanguarda” política, regime que abandona de vez os dogmas liberais e democráticos e prepara-se para criar “um novo tipo de homem, física e intelectualmente”. A aproximação com o salazarismo mantém-se ao longo de toda a vida da revista, com articulistas convidados regularmente para expor as benesses do regime. Artigos de Daniel de Carvalho, sobre os sindicatos na Alemanha e na URSS, também mostram o alinhamento com o editor: o argumento do autor gira sobre as semelhanças entre os regimes nazista e soviético, ambos adeptos da “estadolatria” e responsáveis por submeter os sindicatos ao Estado, tornando-os órgãos públicos, submetidos aos governantes e absolutamente avessos à “luta de classes”. Se bem que esta última característica seja vista como positiva, o artigo é crítico em relação aos dois regimes, classificados como totalitários.⁹

Também no primeiro número aparece o artigo “O problema da imigração”, outro assunto constante na revista ao longo do tempo. O artigo não é assinado, porém é um “segundo editorial”, já que logo no início o autor - Azevedo Amaral - apresenta a matéria que sustenta o artigo: as teses apresentadas por ele no Primeiro Congresso de Eugenia, realizado em 1929. Sob a coordenação de Miguel Couto, discutiram-se teses e questões acerca da imigração e de seus “perigos” ao Brasil.¹⁰ Azevedo Amaral resume seus pontos no artigo, dos quais podemos destacar: 1. o atributo físico como determinante - menor influência do meio; 2. a necessidade de se levar em consideração atributos coletivos da raça ao permitir ou não a entrada de imigrantes no Brasil; 3. a crítica à subvenção estatal aos imigrantes (estimularia a vinda de pobres); 4. a necessidade de se estimular a industrialização e a mecanização (reduzindo a dependência da mão-de-obra); 5. a exclusão de não-europeus do rol de imigrantes desejáveis ao país. O artigo termina com a esperança de que o Estado Novo elabore uma nova política de imigração, mais preocupada com a segurança nacional e a “defesa racial do povo”. As posições expressadas no artigo repetiam as polêmicas declarações de Azevedo Amaral no Congresso de Eugenia:

Os argumentos defendidos por esse autor levaram a uma divisão entre os congressistas, sobretudo no tocante ao modelo de imigração a ser assumido pelo governo brasileiro. Apoiado nos pressupostos que reafirmavam a desigualdade racial, Azevedo Amaral defendia que a seleção eugênica dos imigrantes deveria ser observada a partir das qualidades hereditárias e raciais, medidas acima de tudo pelos “caracteres de inteligência e de caráter” e não pelo mero estado de saúde. Em seu ponto de vista, os imigrantes desejáveis, capazes de possuir uma “herança satisfatória”, seriam os da Europa setentrional, como os arianos do tipo germânico. Embora a tese de Azevedo Amaral encontrasse um bom número de aliados, entre eles Renato Kehl, Miguel Couto e Xavier de Oliveira, outros participantes, como Roquette-Pinto, Belisário Penna, Fróes da Fonseca e Fernando Magalhães, alegavam que a escolha dos imigrantes para o projeto de colonização do país não deveria se pautar nos caracteres raciais, mais sim no estado de saúde, na robustez física e no interesse em se assimilar à sociedade brasileira. (Souza et alii, 2009)

9 Digo alinhado com o editor por conta da já conhecida diferenciação entre totalitarismo e autoritarismo efetuada por Azevedo Amaral em *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938).

10 “Realizado na sede da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em julho de 1929, o Congresso de Eugenia contou com a participação de mais de uma centena de intelectuais, inclusive representantes de outros países da América do Sul. Os participantes eram médicos, educadores, juristas, antropólogos, sociólogos e historiadores. Entre os inscritos, encontravam-se importantes lideranças intelectuais das primeiras décadas do século XX, como Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belisário Penna, Affonso de Taunay, Alfredo Ellis, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Leonídio Ribeiro, para citar apenas alguns. Distribuídos por seções temáticas, os participantes discutiram acaloradamente temas que envolviam “o futuro eugênico da nação”, como a seleção imigratória, o controle matrimonial, a educação sexual, o cuidado materno e infantil, a esterilização eugênica de ‘loucos’ e ‘criminosos’, a genética e a hereditariedade, a biometria, a antropologia racial, a psiquiatria e a higiene mental, a educação e a higiene em geral.” (Souza et alii, 2009)

A onipresença de Azevedo Amaral no primeiro número da revista se completa com mais dois artigos, um sobre a liberdade de imprensa e a liberdade econômica (não assinado) e o outro “editorial”, digamos, com os comentários sobre política internacional, dedicado a analisar o Pacto de Munique (1938), visto como uma necessidade frente às transformações operadas no mundo após a Primeira Guerra. Azevedo Amaral, no artigo, defende a posição de França e Inglaterra na assinatura do pacto com a Alemanha. A Inglaterra teria, com a ação de Chamberlain, “salvado a civilização”. Os ataques viriam de bolcheviques (a URSS, cada vez mais “asiática” e menos “europeia” visava a desestabilização do sistema) e de uma oposição interna, tanto de trabalhistas, quanto de conservadores como Churchill que, segundo o autor, visava apenas tornar-se primeiro ministro: sua ambição desmedida levava às críticas ao governo inglês, o que era possível graças ao parlamentarismo e seus vícios:

Quase septuagenário e não tendo ainda podido galgar o cume da carreira política, Winston Churchill vem tentando nos últimos anos vários golpes para a conquista do supremo posto ambicionado. [...] Agora repete o golpe, emprestando o extraordinário valor das suas aptidões demagógicas para capitanear uma reação contra Neville Chamberlain. O êxito dessas aventuras é na Inglaterra não apenas problemático, mas praticamente inviável. Mais uma vez o sr. Winston Churchill terá que adiar *sine die* a realização das suas aspirações à chefia do governo britânico. (ND, n. 1, 1938: 40)

Os exercícios de futurologia de Azevedo Amaral mostram-se bastante equivocados, como pode-se perceber. Suas convicções acerca dos males do parlamentarismo, entretanto, mantiveram-se até o fim de sua vida, sendo retomados em artigos posteriores. Digno de nota também neste artigo em tela, é o seu final, em que clama para que abandonemos “preocupações ideológicas e humanitárias utópicas”, defendamos nossos interesses e observemos com atenção o jogo internacional, para que possamos nos alinhar com quem for mais interessante (“o melhor senhor”).

O último artigo de Azevedo Amaral no primeiro número da revista é o que versa sobre liberdade de imprensa e liberdade econômica no Estado Novo. A autoria se revela pela continuidade que o artigo apresenta em relação à seção primeira, o editorial sobre a “política do mês”. O artigo abre justamente com a reafirmação do caráter autoritário do Estado Novo, distinto dos totalitarismos nazista, fascista e soviético. Mais ainda, Azevedo Amaral repete seus argumentos de *O Estado autoritário e a realidade nacional*, aproximando o regime autoritário da democracia e da manutenção da liberdade econômica:

Não há nenhuma incompatibilidade, nem vislumbre de contradição entre a democracia e o autoritarismo. Pelo contrário, somente num regime de um governo forte e de um chefe da nação que efetivamente governa, é possível a realização da verdadeira democracia. O Estado Novo brasileiro é uma autêntica expressão dessa nova ideia, elaborada pelo pensamento político contemporâneo. (ND, n.1, 1938: 25)

O texto prossegue defendendo o reforço autoritário como sendo compatível com as necessidades dos novos tempos, aproximando o Estado Novo do presidencialismo norte-americano “reformado” sob Roosevelt e, mais uma vez, diferenciando o Brasil dos regimes totalitários: aqui, diferentemente de lá, a imprensa continuava livre, o que era fundamental para a expressão da opinião pública, mesmo que houvesse censura, esta

apenas “corrige” excessos, não sufoca a liberdade de pensamento e expressão. O mesmo se dá em relação à liberdade econômica: a despeito da centralização e coordenação existente, a iniciativa individual e privada é a base da atividade econômica. A despeito dessa análise, Azevedo Amaral faz algumas ressalvas (leves, é verdade) ao texto da constituição, julgando que talvez fosse necessário algum aprimoramento no sentido de “alargar” a esfera de liberdade da iniciativa privada, notadamente no que diz respeito aos investimentos estrangeiros¹¹. Em suma, para Azevedo Amaral, o Brasil, sob o novo regime do Estado Novo, afastava-se dos regimes totalitários (“destruidores da civilização ocidental”) e adequava-se às transformações vividas pelos países centrais do mundo capitalista.

O primeiro número de *Novas Diretrizes* ainda apresenta resenhas de livros, inclusive uma elogiosa ao livro de Manoel Bomfim, *América Latina, males de origem*, de 1905, que teria uma reedição em breve; um artigo de Urbano Berquó sobre o marxismo; uma análise dos planos quinquenais do Estado Novo por João Pinheiro Filho; um perfil de Rondon; crônicas de costumes (com crítica aos liberais); uma análise sobre a conjuntura europeia por Salles Filho; crítica de cinema; anúncios de exposições e outros textos menores. Pela análise do primeiro número, pode-se dizer que a mão do editor pesava em todos os textos e seções da revista, o que parece ter ocorrido também nos demais números. Na próxima seção do texto buscarei apresentar, na medida do possível, os demais números da revista, mas agora me atendo aos textos de Azevedo Amaral publicados no editorial principal, “Política do mês” (ou da quinzena, nos últimos números).

NOVAS DIRETRIZES: UM ESBOÇO DE ANÁLISE

De seu início ao fim, foram 61 números da revista editados por Azevedo Amaral. Em todos sua presença foi marcante, não só nos editoriais sobre política nacional e internacional, mas também em inúmeros artigos não assinados (que podem, acredito, ser imputados a ele), na escolha dos colaboradores, na captação de recursos para o veículo e em toda a sua organização. *Novas Diretrizes* foi um projeto pessoal que morreu junto com o editor.¹²

Meu objetivo, a partir desta seção do texto, é apresentar e, na medida do possível, empreender uma primeira análise, dos demais números da revista. Para tal empreitada, num primeiro momento, busco me ater aos textos do editorial “Política do mês”, todos assinados por Azevedo Amaral.

Como já foi dito anteriormente, no primeiro número de *Novas Diretrizes*, Azevedo Amaral apresenta o veículo, externando a necessidade de sua fundação no lugar do anterior, *Diretrizes*. Imediatamente filia-se ao Estado Novo e felicita o novo governo pelo seu primeiro ano de vida, ressaltando seu caráter centralizador e autoritário (mas não totalitário). Nos números seguintes, a toada segue a mesma, com a discussão de temas candentes do momento, mas sempre com elogios e comentários positivos em relação às políticas adotadas pelo regime varguista.

Obviamente não irei expor os 61 editoriais “a política do mês” de Azevedo Amaral ao longo da existência da revista. No entanto, é importante apresentar um primeiro quadro sobre os assuntos mais discutidos nos artigos para, então, analisar de maneira mais detida alguns deles.

11 “Assim, é preciso talvez rever alguns daqueles dispositivos, que envolvem dificuldades ao imprescindível afluxo de capitais estrangeiros ao Brasil na fase de expansão econômica que vai se iniciar.” (ND, n.1, 1938: 27)

12 Azevedo Amaral morreu em novembro de 1942. O último número da revista que consta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é de setembro/42. Não consegui nenhuma referência precisa da eventual continuidade da circulação da revista após essa data.

Tabela 1: Temas abordados na seção “A Política do Mês”:¹³

Tema/assunto	Ano da publicação/ número da revista				
	1938	1939	1940	1941	1942
Estado Novo - organização e funcionamento	1, 2	5, 7, 10, 12, 13, 14	16, 20, 23, 24, 26	30, 38, 41, 43	45
Críticas à democracia liberal e defesa do Estado autoritário	1, 2	4, 7, 9, 14	20, 26		45
Educação, reforma educacional		8	17, 18		50, 53
Política agrícola e industrial		11		32	54, 56
Política internacional - relação com Estados Unidos e panamericanismo		3, 4, 6	22	27, 31, 33, 36, 37, 39, 43	46, 57
Política internacional - guerra e posicionamento do governo brasileiro - defesa da neutralidade			15, 21	28, 29, 33, 34, 37, 39, 40	47, 49
Nacionalismo e militarismo - defesa das Forças Armadas - Segurança Nacional		12	16, 25	27, 35, 42, 44	50, 52, 59, 61
Ameaça bolchevique (interna e externa)				40, 44	48, 51, 55, 57, 58, 60
Outros assuntos (resenha de livros, comentários sobre efemérides)		14	19, 24	32	59

A seção analisada na revista *Novas Diretrizes* é um dos editoriais redigidos por Azevedo Amaral, voltado aos “temas gerais” do mês (ou da quinzena). Na sua maior parte, comentários mais genéricos de assuntos que poderiam ou não ser aprofundados em outros artigos da revista. Enquanto a revista era mensal, percebe-se um cuidado maior no texto, bem como uma extensão maior (em média, sete páginas). Quando a revista tornou-se quinzenal (a partir de julho de 41), houve um certo “encolhimento” na seção, bem como a presença de textos desiguais, alguns não muito bem cuidados.

Percebem-se algumas particularidades com a simples leitura da tabela acima:

- Nos anos de 1938 e 1939, uma menor presença de artigos relativos à política internacional. É importante lembrar que Azevedo Amaral assinava outro editorial da revista dedicado exclusivamente ao tema;
- Reforçando o anotado acima, a presença cada vez maior de artigos sobre o posicionamento do país frente ao mundo, bem como de textos buscando alertar para a questão do “bolchevismo” e da segurança nacional

13 Toda classificação é, de certa forma, arbitrária. Elenquei os temas acima como centrais nos 61 editoriais de Azevedo Amaral (“Política do mês/quinzena”). Obviamente alguns editoriais escaparam da classificação (estão na seção “outros”) ou apresentam a discussão de variados temas (daí as repetições).

a partir de 1940. Ora, não é difícil identificar a eclosão da Segunda Guerra Mundial como o fator que altera e enfatiza os temas de política internacional na seção;

- O “perigo bolchevique”, tanto externo quanto interno relaciona-se com a eclosão da guerra, mas também com o questionamento interno ao regime do Estado Novo, notadamente a partir de 1941;

- A presença constante de artigos defendendo e explicando a organização do Estado Novo e as críticas à democracia liberal, ecoando teses já defendidas pelo autor em suas obras - como *O Estado Autoritário e a realidade nacional*, de 1938.

Dentre os temas listados acima, optei por um recorte nesta exposição que irá privilegiar um eixo temático, digamos assim: a defesa do Estado autoritário e sua superioridade frente à democracia liberal.

A DEFESA DO ESTADO AUTORITÁRIO E SUA SUPERIORIDADE FRENTE À DEMOCRACIA LIBERAL

Desde o primeiro número da revista, em 1938, Azevedo Amaral se propôs a realizar a defesa do Estado Novo, buscando contribuir também para o seu entendimento por parte dos leitores. Vários foram os artigos destinados a explicar a estrutura do Estado brasileiro, seus princípios, suas instituições e, em linhas gerais, suas diretrizes políticas nos mais variados campos (agricultura, educação, indústria, sindicatos, imprensa, forças armadas etc).

Livre das amarras de *Diretrizes*, na nova revista pôde dar vazão a toda a sua admiração pelo novo regime. O Estado Novo (e Getúlio, pessoalmente) são louvados por imprimir ao Brasil um caminho que havia sido perdido desde a independência, pelo menos: com a estrutura autoritária, poderia se retomar o “Estado econômico”, preconizado em *A aventura política do Brasil*, de 1935. Resumidamente, ao longo da colônia gestou-se a possibilidade de implantar um Estado no país que buscasse uma via autônoma e, ao mesmo tempo, organizadora da sociedade. No entanto, a partir de 1808, com a vinda da Corte portuguesa e a transplantação da estrutura lusitana para cá, implantou-se um Estado parasitário, distante da sociedade e sem preocupações com o progresso do país. A República poderia ter retomado o caminho, mas não o fez, repetindo a estrutura que se impôs a partir de 1808. O Estado Novo viria, nesse sentido, resgatar a própria história do país.¹⁴

Ainda em 1938, no segundo número da revista, Azevedo Amaral saúda a vinda do Estado Novo, que chegava para substituir instituições que obstruíam o caminho por um aparelho estatal em harmonia com a realidade (*ND*, n.2, 1938: 2). Retomava-se o papel central do Estado, qual seja, a “função administrativa”. Essa é a questão central, que vai aparecer em vários momentos e textos ao longo da vida da revista (e em suas obras). O trecho é longo, mas vale a pena ser citado:

Em um país como o nosso, a missão do Estado é precipuamente administrativa. Todas as questões políticas acham-se em última análise subordinadas às soluções adequadas dos problemas de ordem prática, de que depende a capacidade da Nação para realizar os seus ideais e atingir os seus destinos.

¹⁴ Nunca é demais lembrar que a revista é um veículo bem diferente do livro acima referido. Se no segundo há uma preocupação com fundamentação teórica e um desenvolvimento mais apurado da argumentação, os textos de ocasião do primeiro não têm espaço para isso. No entanto, são as teses defendidas pelo autor em suas obras “mais sólidas” que ecoam nos textos do periódico.

Admitida essa premissa, que pode ser aceita como axiomática, é forçoso concluir-se que o valor de um regime político tem de ser antes e acima de tudo aferido pela sua prestabilidade para o desenvolvimento de uma ação executiva eficiente. O parlamentarismo e o próprio presidencialismo, cerceado e frustrado pela ação impertinente da maquinaria parlamentar, demonstraram a sua incapacidade e faliram dramaticamente, em uma confissão espontânea de impotência, como forma de governo compatíveis com o bem do Brasil. (ND, n.2, 1938: 3)

A ênfase é no papel do Executivo, que deveria ser livre de ingerências do parlamento - faccioso e particularista - para agir de maneira que melhor contribuísse para o desenvolvimento do país, adequado à realidade brasileira. O Estado Novo nascia como um regime efetivamente nacional - o primeiro que o país tinha de fato - sem cópias de elementos exóticos. Livre das fórmulas da democracia liberal, que encontrava seu ocaso no mundo todo, o novo regime evoluía como um “organismo vivo”, baseando-se em novas formas de apoio, diretas, sem intermediários como partidos ou parlamentos, sem a “farsa das eleições”. O chefe, perfeitamente integrado ao seu povo, expressava a “vontade da nação” (ND, 1939, n.7)

Dos doze números da revista lançados em 1939, seis deles, na seção em tela, são dedicados à explicação e defesa do novo regime, seja em termos mais amplos, seja em questões mais específicas, como a política educacional, a organização sindical ou a política agrícola. A defesa da nova organização sindical, por exemplo, no número 10, de agosto de 1939, dá ensejo a que Azevedo Amaral discorra sobre a importância da emergência de um Estado corporativista no Brasil.¹⁵ A prévia organização dos sindicatos, nesse sentido, pelo decreto-lei de julho de 1939, criava o terreno fértil para a implantação de um Estado diferente, não mais baseado no sufrágio universal, mas sim na participação direta da sociedade organizada por meio de instituições corporativas. Ao invés do particularismo associado à democracia liberal e suas “falidas” instituições, que permitiam a participação a grupos restritos, abria-se uma nova era de participação real da sociedade, mais ainda, de identificação dessa sociedade com o Estado e seu líder. Superada a visão marxista da luta de classes, promovia-se uma visão integradora. O Estado Novo, dentro desse modelo, traria o que foi prometido pela democracia, mas não cumprido, um governo “do povo”:

O conceito do Estado corporativista, isto é, de um aparelho estatal dirigido pela ação consciente das forças sociais, que têm a responsabilidade do controle das atividades coletivas e da orientação dos destinos da Nação, apareceu assim como fórmula adequada a dar aos povos o que a democracia lhes prometeu, mas foi incapaz de proporcionar-lhes. (ND, n.10, 1939: 3)

O Estado Novo, modelo de organização corporativista, não rompia definitivamente com o passado. Era uma criação nacional e, como tal, incorporava elementos da história do país. No número 14, de dezembro de 1939, encontra-se uma análise curiosa da continuidade estabelecida entre o novo regime e a Primeira República: a despeito das críticas ao modelo da democracia liberal (que já vinha do Império, com a noção de “democracia coroada”), a república brasileira ao menos havia optado pela fórmula presidencialista, instalando, assim, “o germe do autoritarismo”, segundo Azevedo Amaral. Claro que, datada

15 É importante lembrar que, em 1938, Azevedo Amaral publicava *O Estado autoritário e a realidade nacional*, mas também vinha a lume sua tradução de *O século do corporativismo*, de Manólesco. Como bem aponta Ângela de Castro Gomes (2012), no prefácio que escreve à obra, Azevedo Amaral analisa o conceito do autor e expõe suas próprias ideias e críticas, inclusive à “confusão” que Manólesco teria cometido, ao elogiar o Estado fascista italiano como modelo de Estado corporativista. Mais uma vez Azevedo Amaral encontra espaço para diferenciar o Estado autoritário do Estado totalitário, defendendo o primeiro modelo e vendo no Estado Novo uma expressão deste.

do século XIX, a república brasileira não conseguiu fugir ao “espírito do tempo”, marcado pela associação entre república e democracia, herança da revolução francesa e seus desdobramentos. Vozes como Júlio de Castilhos e Benjamin Constant não foram suficientes para corrigir os rumos do novo regime. República e democracia, porém, não podem ser confundidas, sendo a república muito mais associada a regimes de cunho aristocrático, controlados por uma elite que dirige as massas. A república seria apenas “um fato social”:

Pode-se dizer que a ordem republicana resume-se na sua essência na noção de que o Estado é um órgão elaborado pela própria sociedade, em obediência às injunções imperativas das necessidades de natureza social. Este conceito da origem do caráter da organização estatal, longe de envolver qualquer afinidade com a ideia democrática no sentido igualitário que lhe atribuiu o revolucionismo francês, impõe logicamente o predomínio das elites, que somente são capazes de tornar-se órgão de compreensão e de expressão de uma realidade social que as multidões podem sentir, mas nunca apreciar conscientemente. (ND, n.14,1939: 6)

Já os norte-americanos, ao construírem sua república, encontraram em Hamilton o “gênio” que percebeu os perigos da identificação da democracia com a república, cortando os excessos democratizantes pela raiz. No Brasil, após todos os problemas enfrentados nos quarenta anos iniciais da república, o país encontrou em Vargas, notadamente a partir de 1937, aquele que traria a regeneração da república, “extirpada da heresia democrático-liberal” (ND, n. 14,1939: 6).

Nos vários editoriais dedicados ao Estado Novo surge como uma constante a afirmação que o tempo da democracia liberal estava acabado. O próprio mundo dito “liberal” encarregava-se de mostrar isso, com os regimes inglês e norte-americano cada vez mais “autoritários” e com a eclosão da guerra ditando os novos rumos da política mundial. O antimilitarismo, típica herança do mundo pós-revolução francesa, mostrava-se absolutamente anacrônico nos novos tempos. Nesse sentido, o Brasil alinhava-se ao que havia de mais “moderno” em termos políticos com o regime do Estado Novo.

Também em termos econômicos o Estado Novo chegava para finalmente tirar o país do atraso, com a reorganização da produção agrícola, aliada à produção industrial, com vistas ao desenvolvimento do país. Se a questão das massas urbanas já estava encaminhada, restava ainda a “reabilitação das massas rurais”, abandonadas à própria sorte pelos regimes anteriores, preocupados em olhar apenas para as cidades. (ND, 1941, n.32). Isso não quer dizer que defendesse uma “vocação agrícola” para o país, muito pelo contrário. A agricultura era fundamental, sem dúvida, mas não seria como “celeiro” do mundo que o país se desenvolveria, mas apenas se utilizasse seus produtos naturais em suas próprias indústrias. Já nos últimos números da revista, em 1942, Azevedo Amaral chamava a atenção para o perigo de se acreditar no discurso norte-americano da importância agrícola do Brasil e afirmava que não era possível um país rico ser somente agrícola. Nesse sentido, o Estado Novo - e Getúlio, o líder - trariam a emancipação ao país, com a siderurgia e a industrialização. (ND, 1942, n. 56)

Finalmente, um último aspecto que gostaria de abordar, ainda em relação ao regime instalado, é a preocupação de Azevedo Amaral em enfatizar a presença da liderança como pedra de toque do Estado Novo.

Vários são os editoriais laudatórios à Getúlio¹⁶, seus feitos e suas ações. No modelo de Estado autoritário preconizado por ele - e tornado realidade com o Estado Novo - a presença do líder era central, simbolizando a união entre o povo e o Estado. Nesse modelo estatal, ocorre a identificação absoluta entre Estado e Nação, sendo o líder responsável único pela expressão da vontade geral. Nas palavras de Azevedo Amaral:

Reconhecido esse caráter básico do conceito do entrelaçamento do poder estatal e da vontade nacional em um corpo único, que é o próprio Brasil e do qual a personificação humana é o Chefe da Nação, temos de aceitar certas consequências lógicas, que decorrem naturalmente desse princípio. Entre elas, a principal é o conceito de que o exercício da cidadania impõe insofismavelmente uma atitude de solidariedade com o Estado e o seu Chefe. Não há, em um regime como o nosso, instituído sobre os alicerces do autoritarismo e do nacionalismo, que formam a essência do pensamento político do século XX, lugar para as oposições e as dissidências, tão características do ambiente anarquizante e da têmpera de dissolução e decadência política, a que nos havíamos acostumado nos cento e tantos anos da nossa amarga experiência democrática. (*ND*, n.41, 1941: 3)

As ações do chefe da Nação, assim, não podem ser contestadas, por uma questão de “segurança nacional”. É dentro dessa lógica que se pode entender a enfática defesa do cerceamento da imprensa pelo DIP, alvo de um editorial de fevereiro de 1940 (*ND*, n. 16). No texto, Azevedo Amaral discorre longamente sobre o caráter da imprensa no regime autoritário, “órgão do poder estatal”, fundamentalmente diferente da imprensa no regime democrático-liberal, onde esta torna-se objeto de exploração econômica, controlada por empresários que limitam-se a veicular notícias e opiniões de seu interesse. A apregoada liberdade de imprensa seria uma falácia: os jornalistas, submetidos aos patrões, teriam apenas a “liberdade de morrer de fome” se não expressassem a opinião daqueles. A imprensa, longe de perder a liberdade com os controles estabelecidos pelos decretos-lei que regulavam a ação do DIP, encontrava sua verdadeira “vocalização”: “guiar a opinião pública e desenvolver a consciência nacional no desempenho de uma das mais importantes funções do Estado moderno” (*ND*, n.16, 1940: 3-4). Guiar a opinião, porque mesmo submeter-se a ela - outra ilusão democrática - não seria seu papel, já que as massas não têm a clarividência para tanto. A imprensa, aliada do Estado em sua função pedagógica, teria como função não “submeter-se às paixões do povo”, mas educá-lo. Assim como entre “povo” e “chefe”, Nação e Estado, não pode haver antagonismo entre a imprensa e o Estado. No Estado autoritário, o jornalista, antes submetido, torna-se “agente consciente e livre de cooperação intelectual com o governo da sua Pátria” (*ND*, n.16, 1940: 7).

Mais frequentes nos editoriais dos primeiros dois anos da revista, as análises sobre o funcionamento do Estado Novo, bem como as críticas à democracia liberal, continuaram uma constante. Há uma preocupação em entender (e explicar) as reformas educacionais do novo regime, a criação e o funcionamento do DASP, o papel do DIP, a política de segurança nacional e diversos outros aspectos mas, a partir de 1941, principalmente a atuação do novo regime no plano internacional, torna-se o ponto central. Como pano de fundo da maioria dos artigos, a defesa doutrinária de um Estado autoritário e as críticas - cada vez mais ácidas - ao mundo da democracia liberal.

16 Deve-se lembrar que Azevedo Amaral escreveu uma biografia de Getúlio, lançada em 1941 - a própria revista veiculava, no seu último número de 1941 (n.44), um anúncio de página inteira do livro recém-lançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filiação de Azevedo Amaral ao autoritarismo não é só uma classificação de estudiosos, mas sim uma autoafirmação. A defesa do modelo de um Estado autoritário, contraposto ao liberalismo democrático, tornou-se uma bandeira do autor, notadamente a partir da década de 30, com o lançamento de seus livros. Em suas obras, realizou a defesa enfática do modelo, analisando a história do país e de suas instituições, mas foi como jornalista que Azevedo Amaral se destacou, principalmente entre seus contemporâneos: editou, escreveu e administrou veículos próprios, como a revista em questão. Os textos produzidos para a imprensa têm uma característica diferente, mais dinâmica e ligeira, do que os textos produzidos para os livros, obviamente, mas há uma clara continuidade entre eles, já que os primeiros buscam veicular, de maneira mais direta, as teses defendidas nas obras mais sólidas.

No caso de *Novas Diretrizes*, seu último projeto, há o objetivo explícito de contribuir para a consolidação do Estado Novo, declarado já no primeiro editorial, aqui mencionado. A revista estava no meio do caminho, entre um periódico de caráter, digamos, acadêmico, e propriamente jornalístico. Era, antes de mais nada, um projeto pessoal, com um grande volume de textos escritos por Azevedo Amaral em todos os números. Como já assinali há pouco, a imprensa deveria, para ele, alinhar-se ao Estado e agir como um veículo de educação do povo. No caso, obviamente, veículo de educação das elites, a quem a revista era voltada...

Os textos de Azevedo Amaral na revista ecoam suas teses e bandeiras que iam além da defesa do Estado autoritário: o industrialismo como saída para o desenvolvimento do Brasil, a ênfase na necessidade da educação do povo e da elite, a retomada do modelo de “Estado econômico” para o Brasil, a defesa de uma política de “neutralidade” frente ao conflito internacional que, num primeiro momento, se avizinhava e, posteriormente, foi deflagrado.

Autoritário, ideólogo do Estado Novo, biógrafo laudatório de Vargas, Azevedo Amaral foi, fundamentalmente, um homem de imprensa e acreditava no papel de formadores da opinião pública que os veículos possuíam. Numa sociedade ainda por ser formada, a imprensa não poderia refletir a opinião, dado que ela não existia. Era necessário conformá-la, daí seu caráter pedagógico, complementar e subordinado ao Estado – agente por excelência formador do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Aspásia B. (1967). "A teoria política de Azevedo Amaral". In: *Revista DADOS*, n. 2/3, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO AMARAL. (1981). *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UNB, 1ª edição 1938.
- AZEVEDO AMARAL. (1935). *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- AZEVEDO AMARAL, A. e WAINER, Samuel. (1937). *Almanack Israelita: Israel no passado e no presente*. Rio de Janeiro: s/e.
- BASTOS, Elide. R. e MORAES, João. Q. de. (1993). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- BOTELHO, André. e SCHWARCZ, Lilia. (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BOTELHO, André. e FERREIRA, Gabriela. N. (2010). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- FERRARI, Danilo W. (2008). "Diretrizes: a primeira aventura de Samuel Wainer". (<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>)
- GOMES, Angela de C. (2012). "Azevedo Amaral e O século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas." in: *Sociologia & Antropologia*, vol. 02-04, pp. 185-209.
- GUERREIRO RAMOS, A. (1961). *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- LAMOUNIER, Bolívar (1979). "Introdução" in: AZEVEDO AMARAL (1981). *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UNB, 1ª edição 1938.
- SOUZA, Vanderlei S. de, SANTOS, Ricardo V., COELHO, Mônica C.S., HANNESCH, Ozana, RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. (2009). "Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil". in: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. vol. 16, n. 3. Rio de Janeiro. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000300012)
- Revista *Novas Diretrizes* - (<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/novasdiretrizes/122670>) - números 1 a 61.